

## RETIFICAÇÃO

Em acordo com a **retificação** do edital da **PC-GO - Agente de Polícia Civil 3ª Classe e Escrivão de Polícia Civil 3ª Classe** publicada em **23/09/2022**, por meio desta errata, altera-se, como sinalizado a seguir, o conteúdo requerido das seguintes disciplinas:

Onde se lê	Leia-se
<p><b>Noções de Direito Administrativo:</b> 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado.</p>	<p><b>Noções de Direito Administrativo:</b> 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. <b>6 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 7 Improbidade administrativa. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.</b></p>

Onde se lê	Leia-se
<p><b>Noções de Direito Constitucional:</b>  1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.</p>	<p><b>Noções de Direito Constitucional:</b>  1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. <b>1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte.</b> 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, <b>remédios constitucionais.</b> 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. <b>13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.</b></p>

Onde se lê	Leia-se
<p><b>Noções de Direito Penal:</b>  1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal.</p>	<p><b>Noções de Direito Penal:</b>  1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. <b>1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal.</b> 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. <b>2.1 Classificação dos crimes.</b> 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). <b>3.7 Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível.</b> 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. <b>12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.</b></p>

Onde se lê	Leia-se
<p><b>Noções de Direito Processual Penal:</b>  1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal.</p>	<p><b>Noções de Direito Processual Penal:</b>  1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. <b>1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal.</b> 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. <b>3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão.</b> 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. <b>5 Princípios aplicáveis ao processo penal. 6 Sistemas de processo penal. 7 Ação penal. 8 Competência. 9 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo. 10 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 11 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.</b></p>

Onde se lê	Leia-se
<p><b>Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial:</b></p> <p>1. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 4. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 5. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 7. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); 8. Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/1996); 9. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 10. Lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984); 11. Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099 /1995); 12. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990); 13. Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 14. Crimes previstos na (Lei nº 11.343/2006); 15. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 16. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 17. Crimes previstos na (Lei nº 9.605/1998); 18. Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa); 19. Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal); 20. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade); 21. Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 22. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e ao Adolescente.</p>	<p><b>Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial:</b></p> <p>1. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 4. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 5. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 7. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); 8. Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/1996); 9. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 10. Lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984); 11. Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099 /1995); 12. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990); 13. Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 14. Crimes previstos na (Lei nº 11.343/2006); 15. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 16. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 17. Crimes previstos na (Lei nº 9.605/1998); 18. Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa); 19. Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal); 20. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade); 21. Lei n.º 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 22. Lei nº 14.344/2022 – Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e ao Adolescente. <b>23 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.</b></p>

*Observação:* se você adquiriu sua apostila a partir de 28 de setembro de 2022, sua versão já está atualizada.